

Parâmetros Curriculares Nacionais

Quando soube da proposta da Editoria de *Educação & Realidade* em publicar um número especial destinado a ampliar as reflexões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), vi a oportunidade de trazer para uma comunidade maior aquelas que foram minhas percepções sobre o tema, feitas ainda quando o assunto era quase desconhecido por aquelas e aqueles mais diretamente envolvidos com Educação brasileira, pois se ouvia, então, a primeira leva de consultores. Com este propósito de E&R surge também o desejado espaço para buscar respostas a alguns interrogantes que estão muito presentes e que, por serem muito importantes devem ser retomados: *Como se desenvolveu a preocupação com os currículos? Que argumentos encaminham a favor de uma universalização de conteúdos, ou como se defende o compromisso local na produção do conhecimento? Qual o significado de se impor nacionalmente (leia-se territorialmente) currículos?*

Atualmente, as discussões em torno dos PCN se ampliam e inclusive a revista *Presença Pedagógica* (v.2, n.7, jan./fev. 1996) deu destaque especial ao tema. Parece, todavia, que em nenhum momento foi dado à comunidade conhecer os pareceres daqueles que se manifestaram sobre o tema. Isto pode significar que a imposição dos PCN venha travestida sob o manto do anúncio que a elaboração dos mesmos foi procedida de uma ampla consulta e nesta se encontram as razões (desconhecidas) para a sua validação. Assim, em que pese as análises que já aconteceram/acontecem, é muito oportuno que E&R traga ao leitor e à leitora mais considerações sobre os PCN, acompanhadas da leitura dos mesmos, feitas por diferentes pareceristas. Acredito na responsabilidade de se publicar para a comunidade nossas participações, quando se é chamado para opinar sobre temas que são tão decisivos para a Educação no Brasil.

Quando, em 1º de março de 1996, assinei meu parecer, senti-me como aquele missivista que manda uma carta para a sessão do leitor de um jornal e sabe que ela não será publicada, ou no máximo, servirá para mostrar a transparência e isenção do jornal, mas que nada vai mudar no objeto do protesto.

Não sei qual o destino que foi dado ao meu parecer, mesmo que na circular de encaminhamento o Ministro da Educação dizia que *as contribuições (...) constituirão subsídios fundamentais à revisão e ao aperfeiçoamento da presente proposta*. Assim, é salutar tornar as considerações que redigi um pouco mais visíveis, até porque agora E&R surge como um fórum privilegiado (e ainda isolado) para esta discussão.

O material que foi recebido para análise se constituía de centenas de páginas, acompanhado de documento introdutório e dos diferentes currículos elaborados por um grupo de professores e especialistas. Segundo o ofício de encaminhamento da Secretária de Educação Fundamental do MEC os PCN têm *em vista a urgência de se tentar buscar a igualdade e a equidade na educação pública brasileira, e ao mesmo tempo, ser um referencial para o desenvolvimento de novas políticas educacionais*. Com o envio deste material aos diferentes pareceristas, ainda segundo o MEC, *se iniciava o necessário processo de discussão com professores do Ensino Fundamental, especialistas da Universidade, Secretarias Municipais e Estaduais e a sociedade civil em geral, por entendermos que o Estado democrático exige uma discussão profunda das questões educacionais, de modo que se possa chegar ao maior consenso possível*.

Parece-me que o processo de discussão ocorreu em um nível muito hermético, e como acredito que são muito poucos aqueles e aquelas que tomaram conhecimento desta importante etapa de avaliação ofereço, ao leitor e à leitora de E&R o roteiro básico destinado a avaliação, acompanhado de excertos de minhas respostas. Antes é preciso referir que, junto com o documento introdutório, cada parecerista recebeu cinco documentos das diferentes áreas e ainda textos sobre os chamados Temas Transversais (relativos a Ética, Saúde, Meio Ambiente, Estudos Econômicos, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual).

O roteiro de avaliação era dividido em duas partes. Na primeira se devia analisar a proposta dos PCN; na segunda, cada parecerista devia ater-se a sua área de especialidade.

Eis as cinco perguntas e as minhas respostas para a primeira parte.

1. A informação contida nos PCN é suficiente para que as equipes técnicas dos Estados e dos Municípios elaborem os currículos para suas escolas? É um referencial para orientar os professores no planejamento e na revisão de sua prática?

A informação contida nos PCN é suficiente para os propósitos. Mas não é deste tipo de informação que as equipes técnicas estão precisando. Não são com estas informações que professoras e professores vão revisar suas práticas como parece supor a questão. *As urgentes necessidades de professoras e professores e da Escola brasileira antecedem às tentativas de se impor um currículo nacional homogeneizador*. Ao fazer esta afirmação quero marcar posição quanto a essência da proposta na minha análise dos outros onze itens do Roteiro — e esta posição quer ser transparente em cada um destes itens, mesmo que muitas vezes, particularmente na parte B, concorde e endosse alguns posicionamentos.

Aqui e agora, com os PCN se traz uma novidade (ou melhor um modismo) que já se mostrou um fracasso em outros países. Quer-se buscar a igualdade e a equidade na Educação pública brasileira não apresentando mais que sugestões para *aumentar a quantidade de conhecimentos*.

Quando se tenta fazer diretrizes nacionais não aparecem defesas de propostas como a de *“que cada nível de escolarização formal se completa em si, isto é, a escola infantil não é preparação para o Ensino Fundamental e este não é preparação para Ensino Médio, como também este não é, exclusivamente, preparação para o Ensino Superior.”* Se é muito fácil imaginar o quanto propostas como essa não têm a adesão num país de mentalidade bacharelesca — no qual tudo é validado através de diplomas e cujo sonho é ver o sucesso dos egressos do Ensino Médio significado pelo ingresso numa Universidade (pública) —, esta seria mais uma razão, para quando se discute o Ensino Fundamental mostrar o quanto esse não deve e não pode ser atrelado ao grau seguinte. Qualquer proposta para a Educação Básica deve transcender a simples propostas facilmente identificáveis como meramente conteudistas, como mostram os PCN.

2. Os fundamentos teóricos e conceituais que serviram de base para elaborar os PCN estão suficientemente explicitados? Seria conveniente ampliá-los ou aprofundá-los? Seria conveniente incluir outros aspectos na fundamentação da proposta?

Acredito que os fundamentos teóricos e conceituais até possam estar suficientemente explicitados e dispensaria sua ampliação, mas quando se partem de fundamentos que não têm consistência nem é conveniente que estejam mais ou menos explicitados. Ao se diagnosticar as causas do fracasso da Educação brasileira, destacam-se indicadores mostrando que a formação precária ocorre porque os alunos que conseguem completar o Primeiro Grau em oito anos dispõem de muito menos conhecimentos que se espera, ou ainda se centra o problema no esquecimento precoce dos assuntos estudados (Documento Introdutório, p.2). Com os PCN se fazem indicações para privilegiar a quantidade de conhecimentos a que as alunas e os alunos terão acesso quando em todo País forem adotados os PCN.

3. A estrutura adotada para a elaboração desta versão preliminar é adequada à realidade política e institucional e às características e necessidades do sistema educativo brasileiro?

Não.

4. A política de desenvolvimento curricular prevista no documento é adequada para que os PCN possam cumprir as funções a eles destinadas? Quais as prioridades que deveriam estabelecer-se entre as ações previstas que devam ser contempladas para que os PCN possam ser utilizados como instrumentos de melhoria da qualidade da educação brasileira?

Não. Professoras e professores brasileiros, que neste país não têm um status profissional que lhes permita atender suas necessidades básicas, são desconsiderados nestas propostas. A Escola brasileira, que está sendo transformada numa repetidora de programas gerados fora de sua realidade, também não é privilegiada nesta proposta.

5. Os objetivos e os conteúdos propostos são relevantes, tendo em conta os desafios da sociedade brasileira?

Sim, se conseguisse delinear esta *sociedade brasileira* de uma maneira tão homogênea quanto globalizante são os PCN.

Na segunda parte, se deveria fazer a Análise da Proposta dos PCN para uma determinada área, segundo a especialidade de cada parecerista; assim minhas respostas são sobre a área de Ciências.

1. Como não havia item 1 presente no Roteiro relativo a esta parte, acrescentei, sob este número, algumas considerações preliminares, que transcrevo.

Preliminarmente devo dizer que os PCN para Ciências surpreendem-me positivamente, apesar de ainda terem a marca de um biologismo que infestou e infesta há muito o ensino de Ciências no Brasil. Aliás, isto não surpreende se observarmos a formação de Biólogas da equipe que elaborou os PCN de Ciências (inferência feita apenas de dados da bibliografia) e que esta equipe tenha feito suas análises fundamentadas nos trabalhos de Krassilchik, que sem dúvida foram muito importantes em uma época. Se quando da análises das propostas curriculares oficiais transpareceu um regionalismo goiano, na análise excessivamente tecnicista do ensino de Ciência no Brasil, ao se elaborar os PCN de Ciências aparece nítida a marca do biologismo que afortunadamente conseguiu superar a necrolatria biológica tão presente no ensino de Ciências.

Há duas situações que me permito destacar, uma para cada um dos ciclos do Ensino Fundamental:

- I. Sem querer mostrar-me um adesista a uma lei que tenho tanto criticado, (a Lei 5692/71 modificou — e danificou — o ensino brasileiro que antecede a Universidade) é preciso reconhecer que um dos legados positivos desta Lei é a criação do currículo por *áreas*, na parte final do Ensino Fundamental (*após o currículo por atividade nas séries iniciais e antecedendo o currículo por disciplinas do Ensino Médio*). Assim, é preciso que no primeiro ciclo, mais que apresentar um currículo para uma *até ilegal* área de Ciências, se privilegie muito situações que devem estar presentes em um *currículo por atividade* nas séries iniciais, atividades

de Ciências que devem ser pensadas juntas com os demais conhecimentos. Deve ser banida qualquer tentativa de especialização nesta etapa da escolarização e sim privilegiada, cada vez mais, uma visão generalista, como um todo, para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Os PCN estão descuidando de uma postura generalista.

II. Já no segundo ciclo do Ensino Fundamental, as áreas não são disciplinas e é a *Área de Ciências* que tem condições de realizar um trabalho muito integrado. Mas é nesta *Área de Ciências* que se fez/faz o ensino mais fracionado, pois se antecipa nesta etapa da escolarização, o ensino por disciplinas. Assim, em geral, se ensina na 5ª série: Meio Ambiente; na 6ª série: Zoologia e Botânica, onde a célula da Botânica parece que não tem nada a ver com a célula da Zoologia e chega a deixar de existir um ensino de Biologia; na 7ª série estuda-se o Corpo Humano, que parece não estar no Meio Ambiente da 5ª série; na 8ª série dá-se o maior esfacelamento (ou disciplinarização) da Área de Ciência, pois em geral esta é dividida em dois semestres: um, para Física e outro, para Química e, em uma e outra destas *disciplinas* o que se faz é, geralmente, antecipar conteúdos do Ensino Médio (Segundo Grau), muitas vezes sem uma preocupação com a idade mental das crianças, ensinando-se (leia-se tentando ensinar) conteúdos que os estudante não são capazes de entender (e, inclusive, fora do nível de entendimento do professor, quando se vê ensinar modelos atômicos ondulatórios na 8ª série). Assim, por exemplo, nossas crianças *sabem*, até não esquecerem, o que são isótonos ou a configuração eletrônica do tungstênio... mas não sabem por que o leite derrama quando ferve, enquanto a água não; ou por que o sabão faz espuma ou por que a água salobra não se presta para lavar roupa.

Aqui devo destacar que as autoras apresentam uma proposta onde se busca cada vez mais um ensino inserido na realidade onde o mesmo se realiza. Colocadas estas duas posturas, reconheço que nos PCN de Ciências as mesmas parecem satisfatoriamente contempladas, ainda que sem a ênfase merecida; *falta* mostrar para professoras e professores que a Ciência precisa ser entendida como um todo e não fracionada nas divisões artificiais criadas para a facilitação das especializações. Nossos estudantes, quando no Ensino Fundamental, fazem uma leitura do mundo — através da Ciência — numa ótica generalista; logo, não precisam, ainda, de um ensino especializado.

Parece que isto pode ser conseguido na busca de uma permanente presença da História da Ciência como um fio condutor para que se entenda como se deu/dá/dará a construção do conhecimento. Na análise inicial, as autoras, com propriedade, fazem uma adequada fundamentação histórica baseada em Kuhn; mas isto não transparece em nenhum momento nos PCN para Ciências que são apresentados.

2. A introdução da área está suficientemente justificada e responde aos conhecimentos atuais nas disciplinas científicas e didáticas correspondentes? É coerente a apresentação da área com o enfoque geral dos PCN expostos no Documento Introdutório?

Não, pois há ainda uma visão dicotômica de área, não se mostrando quanto é preciso se buscar uma integração entre os conhecimentos das atuais disciplinas científicas. Acrescente-se a este problema o já mencionado em 1, quando se faz uma antecipação da área no currículo por atividade no primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

3. Os objetivos gerais da área indicam todas as capacidades que devem ser trabalhadas e desenvolvidas nestes ciclos do Ensino Fundamental?

Não, pois como referi em 1 (desta segunda parte), a proposta para o chamado primeiro ciclo precisa contemplar outra dimensão.

4. Os Blocos de Conteúdos respondem aos objetivos definidos? São coerentes entre si? São apropriados para os alunos deste ciclo? Quais os blocos de conteúdo que deveriam ser ampliados, reduzidos, eliminados ou contemplados?

Sim, pois parece que os Blocos de Conteúdo foram bem selecionados, são coerentes entre si e têm como mérito maior fugir à disciplinarização, mesmo que tenham a marca do *biologismo* que poderá ser superada. Quanto à questão sobre *quais os blocos que deveriam ser ampliados, reduzidos, eliminados ou contemplados* a resposta está numa criteriosa análise de onde o currículo vai ser aplicado, distinção esta que os PCN parecem esquecer ou não contemplar. Por exemplo, para ficar em um dos blocos: a situação do *Ambiente Natural e Construído*, analisado no meio rural ou no meio urbano e, neste, numa região central ou numa periferia. A ampliação, a redução ou eliminação vai depender fundamentalmente do *locus* e isto não é considerado, mesmo que se acene em algumas das atividades. A proposta dos PCN é homogeneizar curricularmente o País.

5. É adequada a distribuição de objetivos e conteúdos que se fez entre os ciclos?

Sim, se for considerada a ressalva do que deveria estar presente num currículo por atividade no primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

6. As orientações didáticas e critérios de avaliação são suficientemente claras e precisas? Deveriam ser formuladas em termos mais gerais ou, pelo contrário, mais concretos e precisos?

São adequadas. Precisariam ser mais gerais, acompanhadas de alguns exemplos mais concretos e mais elucidativos. Acredito que o que está sendo proposto vai auxiliar muito pouco as professoras e os professores.

7. Os critérios de avaliação cobrem os conteúdos fundamentais da área? São coerentes com os objetivos gerais da área? Há algum critério de avaliação entre as propostas que deveria eliminar-se? Há algum critério de avaliação que não consta e que deveria constar?

Sim, de uma maneira geral são satisfatórios e, considerando as restrições, limitações e objeções já apresentadas, nada há acrescentar neste item.

8. Os PCN desta área respondem às necessidades da sociedade brasileira?

Enfaticamente, *não*.

Considerações Gerais

Minhas análises querem buscar reconhecer que o trabalho realizado, particularmente o apresentado para a área de Ciências, tem o mérito de levantar alternativas para o ensino de Ciências para que tenha melhores condições do que aquele que atualmente se faz. Este ensino, todavia, nunca poderá ser pensado de uma maneira tão globalizante como se propõe. Por isso eu não posso ver os PCN como alternativa para a Escola brasileira, para a qual devemos estar cada vez mais atentos a situações regionais e pensar em currículos localmente produzidos. Quero, ao termo deste parecer, registrar enfaticamente o meu não aos PCN.

Áttilo Chassot é professor aposentado da UFRGS e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS.

Endereço para correspondência:
Rua Ramiro Barcelos 1410/902
90035-002 - Porto Alegre - RS
E-Mail: Achassot@Portoweb.com.br